

Balanço de cinco anos

Economia - Brasil

O custo de vida subirá neste ano menos que 10%, na maior parte do País. O governo fixou meta de 8% para 1999, 6% para o próximo ano e 4% para 2001. Os números poderiam ser menores: a economia brasileira foi afetada, há menos de seis meses, por um choque cambial. Isso se refletiu nos preços, pelo menos no primeiro trimestre.

Há cinco anos, quando foi lançado o Real, a alta de preços acumulada em 12 meses chegava a 5.200%. Nos quatro anos anteriores ao plano de estabilização, os preços ao consumidor haviam crescido cerca de 3.500.000%. Confrontar esses números, no quinto aniversário do Real, ajuda a avaliar a história recente e as perspectivas para o futuro do Brasil com algum realismo.

Cinco anos, principalmente num país de população muito jovem, bastam para enfraquecer a lembrança dos problemas. Muitos brasileiros talvez tenham apenas uma impressão esmaecida, hoje, dos tempos de inflação disparada e sem perspectiva de melhora. Uma alta de preços de 40% ao mês corrói 28% do salário em 30 dias.

Nenhuma política salarial basta para compensar esse es-

trago. Ao contrário: o reajuste sempre estará atrasado em relação à alta do custo de vida. Receber o pagamento e correr ao supermercado para comprar o máximo possível foi rotina para a maioria das famílias, durante muitos anos. A correção dos depósitos bancários compensava parte da inflação, para brasileiros das classes média e alta, mas a maior parte da população ficava fora dessa proteção.

Convém lembrar esses dados, porque ainda há quem apareça, ocasionalmente, defendendo "um pouco mais de inflação" para facilitar o crescimento econômico. É uma dupla ilusão. Primeiro, porque produzir "um pouco mais de inflação", num país marcado por uma longa tradição inflacionária, é lance de altíssimo risco. Segundo, porque a economia, nos dez anos anteriores ao Real, esteve quase sempre estagnada. A maior parte dos empresários nacionais pouco investia, porque o futuro do País era absolutamente escuro. Os estrangeiros também evitavam o risco de pôr seu capital num ambiente de tanta instabilidade.

Se a inflação voltasse hoje, por uma decisão política, uma das primeiras consequências se-

ria, sem dúvida, a retração do investidor estrangeiro.

Qualquer esperança de expansão econômica iria pelo ralo, até porque a situação das contas externas tenderia a piorar.

Está certo, dirão alguns críticos: o Plano Real derrubou a inflação, mas serviu só para isso. É desejável a estabilidade de preços, mas insuficiente como objetivo de política econômica. Convém tomar esse comentário com algum cuidado.

A política oficial produziu, de fato, alguns efeitos positivos, além da inflação muito mais baixa. A eficiência geral da economia aumentou, com a privatização de empresas e de serviços. O setor privado também teve ganhos notáveis de produtividade, em grande parte como resposta à abertura dos mercados. O investimento produtivo, em muitos setores, voltou a crescer, depois de anos de estagnação. Então, que falta para uma nova fase de expansão da economia e do emprego?

Depois da recente mudança

da política cambial, ficou faltando extinguir um par de restrições. A mais importante, a longo prazo, é o desequilíbrio ainda considerável das contas públicas. Considerável porque tem causas estruturais e essas causas permanecem quase intocadas depois de cinco anos do Real. Por isso, o que se conseguiu em termos de ajuste fiscal é extremamente precário. Este é um problema sobre tudo político e

sua solução exige decisões de longo alcance. Completar a reforma da Previdência é parte – e mais importante – desse problema.

A segunda restrição é a deficiência das políticas de produção e de comércio internacional. A liberalização foi passo indispensável à mudança da economia, mas uma bem-sucedida integração internacional depende de outros fatores. Um importante papel de indução e apoio, sem criação de cartórios, cabe ainda ao Estado, como indica o exemplo de países desenvolvidos. Sem austeridade fiscal, no entanto, nenhuma ação desse tipo vai muito longe.